

Sobre Gaspar

Francisco Almeida Leite chamou-me a atenção para um artigo do PÚBLICO de ontem que teve a bondade de me enviar. Reproduzo o exórdio *ex abrupto*: “É absoluta a discordância das mais proeminentes personalidades do cavaquismo e do próprio Presidente da República sobre a condução da política orçamental e as prioridades para a organização das finanças públicas, que têm sido adoptadas pelo Governo.” Depois disto o leitor espera evidência da discordância absoluta, mas em vez disso surge o remédio: “substituir o ministro das Finanças, Vítor Gaspar” e atribuições sibilinas ao economista: ‘um ultraliberal’ que está a ‘dar cabo’ do modelo social e económico construído após o 25 de Abril e no qual, frisam, os três governos de Cavaco (1985-1995) tiveram um papel crucial”. Sabendo que fui um dos quatro ministros das Finanças do período, Leite pergunta e eu respondo:

- 1) Apóia a política de finanças públicas que tem sido seguida por este Governo e as metas que têm sido definidas? SIM
- 2) Considera as ideias do ministro de Estado e das Finanças, Vítor Gaspar, como sendo próprias de um "ultra-liberal"? NÃO
- 3) Entende que o caminho que está a ser seguido poderá de algumas forma pôr em causa o modelo social e económico construído depois do 25 de Abril e, designadamente, pelos governos chefiados pelo Prof. Aníbal Cavaco Silva (1985-1995), dos quais fez aliás parte? NÃO
- 4) Haverá alternativa consistente às medidas de austeridade impostas pelo Governo como forma de combater a crise da dívida pública? NÃO

Para dar contexto às respostas, saliento que as disputas entre economistas de água doce (Friedman) e água salgada (Keynes) são tratadas *ad nauseam* no curso de introdução á macroeconomia que dou na Faculdade de Economia da Nova. Ora na entrevista de Gaspar ao EXPRESSO pouco antes do Natal na qual é clara nesta fase a preferência pela água salgada relativamente à água doce.

No exame do curso, uma das perguntas lembra que “Olivier Blanchard colaborou com o Banco de Portugal antes de ser economista chefe do FMI: numa conferência em Fevereiro de 2006 (por sinal moderada por Vítor Gaspar) sugeriu uma baixa dos salários nominais com base num diagnóstico que se tornou famoso”: produtividade e crescimento baixos, défices público e externo elevados. Pede-se para explicar a razão pela qual se ignorou o diagnóstico de Blanchard durante mais cinco anos. Os alunos tinham visitado o Ministério das Finanças (além do Parlamento e do Banco de Portugal) e conheciam os três pilares da política económica: consolidação orçamental, estabilidade financeira e transformação estrutural. Esta última, acrescentou o ministro tem quatro eixos fundamentais: “Confiança, Credibilidade e Justiça; Abertura, Concorrência e Competitividade; Capital Humano e Flexibilidade no Mercado de Trabalho; Democratização da Economia e Estado limitado.” Dificilmente algum economista verá aqui elementos para responder diferente do que fiz às quatro perguntas acima.

O teste intermédio do mesmo curso pedia para contrastar “na óptica da microeconomia e da macroeconomia” os discursos dos chefes do Estado e do Governo na abertura (*E espero que esta reflexão seja aproveitada pelos agentes políticos, económicos e sociais, para que Portugal reencontre uma trajectória de desenvolvimento, num quadro de justiça e de solidariedade, mas também de coragem e de esperança*) e encerramento (*É relativamente fácil ver os efeitos imediatos de uma decisão política. Mais difícil, mas igualmente importante, é compreender as repercussões menos imediatas e os efeitos indirectos. Em nenhuma área são estas considerações tão importantes como no problema do crescimento económico*) respectivamente do 4º Congresso Nacional dos Economistas.

Mais uma vez nada de etiquetas avulsas, o debate de política económica deve incidir nos eixos de transformação estrutural indicados e na sua execução particularmente o segundo referente à internacionalização e desenvolvimento. Conseguiu-se o acordo de concertação desejado por Blanchard há cinco anos, no qual se inclui um catálogo de medidas estruturais desse teor. Falta executar.

29 de Janeiro de 2012